

Obstáculos estruturais e a interseccionalidade de gênero e raça/etnia na trajetória de mulheres cientistas da UFMG, Brasil

Marcel de Almeida Freitas¹
Universidade do Estado de Minas Gerais

Gabriel Salgado Ribeiro de Sá²
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Neste artigo discutimos a interseccionalidade entre marcadores de gênero e de raça/etnia a partir de relatos de mulheres cientistas da Universidade Federal de Minas Gerais. Argumentamos que opressões de gênero e étnico-raciais atuam de forma articulada, agindo em conexões alicerçadas em uma estrutura cultural e socioeconômica mais abrangente. Demonstramos que a inserção e o percurso nas carreiras científicas são mais árduos para algumas acadêmicas em função da associação de dois ou mais marcadores sociais, assim como de múltiplas violências simbólicas vividas por elas ao longo da carreira.

Palavras-chave: interseccionalidade; relação de gênero; raça e etnia; mulheres cientistas.

FREITAS, Marcel de Almeida; DE SÁ, Gabriel Salgado Ribeiro. Obstáculos estruturais e a interseccionalidade de gênero e raça/etnia na trajetória de mulheres cientistas da UFMG, Brasil. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (26): XX, maio a agosto de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Professor e pesquisador da UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis. Coordenador do GE-PAGES, Grupo de Estudos, Pesquisas e Ações em Gênero e Sexualidade – UEMG Unidade Divinópolis.

² Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com período-sanduiche pela Johns Hopkins School of Medicine. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Antropológicas em Política e Saúde (LAPS/UFJF).

Structural barriers and the intersectionality of gender and race/ethnicity in the careers of women scientists at UFMG, Brazil

Abstract: In this article we discuss the intersectionality between gender and race/ethnicity markers based on accounts from women scientists from the Federal University of Minas Gerais. We argue that gender and ethnic-racial oppressions act in a coordinated manner, operating in interconnected foundations within a cultural and socioeconomic broader framework. We demonstrate that the insertion and trajectory in scientific careers are more challenging for some academics due to the association of two or more social markers, as well as of multiple symbolic violences they experience throughout of their careers.

Keywords: intersectionality; gender relations; race and ethnicity; women scientists.

Obstáculos estructurales y la interseccionalidad de género y raza/etnicidad en la trayectoria de mujeres científicas de la UFMG, Brasil

Resumen: En ese artículo discutimos la interseccionalidad entre los marcadores de género y raza/etnia basándonos en relatos de mujeres científicas de la Universidad Federal de Minas Gerais. Sostenemos que las opresiones de género y étnico-raciales actúan de manera coordinada, operando en interconexiones fondeadas en una estructura cultural y socioeconómica más amplia. Demostramos que la inserción y la trayectoria en las carreras científicas son más difíciles para algunas académicas en razón de la asociación de dos o más marcadores sociales, así como de las múltiples violencias simbólicas que experimentan a lo largo de sus carreras.

Palabras clave: interseccionalidad; relaciones de género; raza y etnia; mujeres científicas.

Persistem na mídia, no senso comum, na educação escolar, nas estruturas e dentro das instituições públicas e privadas de ensino superior imagens estereotipadas do que é ser um cientista: um homem, branco, heterossexual, mais velho. Ao mesmo tempo, não são divulgadas mulheres que tenham se destacado nas ciências (FREITAS, 2018; LOMBARDI, 2016). Paralelamente a isso, discriminações de gênero somam-se as étnico-raciais enquanto importantes barreiras que vedam o acesso de determinados grupos aos lugares de produção do conhecimento científico (SANTOS, 2019). Tendo em vista este problema social, objetivamos analisar a articulação das opressões de gênero e étnico-raciais que incidem sobre as professoras pesquisadoras da UFMG, nos apoiando na perspectiva de interseccionalidade propugnada, inicialmente, pelo feminismo negro³.

Foram entrevistadas individualmente 17 docentes⁴ de diferentes cursos sobre as experiências de discriminação escolar que vivenciaram até se tornarem cientistas. Os roteiros de entrevista não estavam em formato de perguntas formais, mas em tópicos abrangentes, colocados em pauta para que as entrevistadas relatassem suas vivências. Dependendo do que era dialogado, perguntas mais específicas direcionavam a conversa, passando para outro tópico apenas quando uma temática estava suficientemente explorada. As entrevistas, conduzidas como diálogo e não como uma pesquisa convencional, duraram cerca de 1h30min.

Ao longo do processo, as interlocutoras relataram situações de preconceito e de exclusão referentes a outros marcadores sociais, como raça/etnia, classe, idade etc. interconectadas às discriminações de gênero. Dentro do *corpus* produzido, selecionamos os depoimentos de cinco pesquisadoras que evidenciaram, de modo mais aparente, a interseccionalidade entre gênero e raça em suas trajetórias no mundo científico. Secundariamente, mas não menos importante, percebemos uma correlação entre suas trajetórias pessoais e a manifestação de uma série de violências simbólicas (LIMA, 2013; FREITAS, 2018) que permeiam o ambiente universitário.

Adotamos a técnica de entrevista presencial individual e o surgimento dos dados qualitativos se alicerçou nos pressupostos da entrevista compreensiva, onde o processo formal de pergunta/resposta é propositalmente mesclado, a interação verbal entre pesquisador e os interlocutores toma caráter informal e as ilações surgem dos relatos sobre situações reais (KAUFMANN, 2013). O convite via e-mail para participar do estudo foi encaminhado, inicialmente, para professoras das áreas com menor percentual de mulher, como os cursos de Física e as engenharias. Posteriormente, empregando a técnica conhecida como bola de neve, as primeiras entrevistadas indicaram conhecidas – também docentes da UFMG, só que de áreas distintas das suas. Como critério de exclusão, não foram entrevistadas duas professoras do mesmo curso.

³ Este artigo é um desdobramento da Tese de Doutorado em Educação defendida na FaE/UFMG em 2018, intitulada *Assimetrias de gênero na perspectiva de mulheres acadêmicas de uma universidade federal brasileira*, aprovada pelo COEP/UFMG em 11/04/2016 (51011816.9.000.5219).

⁴ O critério de inclusão foi que, necessariamente, todas deveriam integrar cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), portanto, todas as docentes eram, no mínimo, doutoras e, obrigatoriamente, estavam envolvidas com a pesquisa e a produção científica, como orientação de teses e dissertações e escrita de artigos. Todas as interlocutoras estão identificadas com nomes fictícios.

De antemão, reconhecemos que as problemáticas envolvendo gênero e ciência são frutos de processos sócio-históricos mais amplos. Por exemplo, ao longo da história do conhecimento ocidental, a mulher⁵ permaneceu alijada do livre pensamento e as que ousaram transgredir, geralmente, foram condenadas à morte, ao isolamento ou à loucura (MORENO, 1999). Durante os séculos XII e XIV mulheres foram queimadas na Inquisição por deter e/ou buscar conhecimentos. Na mesma época, homens que levavam a cabo os primeiros passos da ciência que conhecemos hoje eram vistos como sábios. A curiosidade e a inteligência na mulher eram vistas como atributos demoníacos, ao passo que nos homens era sinal de genialidade.

Como resultado, a imagem do sexo feminino, frequentemente associada à fragilidade e à irracionalidade, direciona tacitamente as universitárias para o campo das artes, para os níveis básicos da docência e para áreas relacionadas ao cuidado, limitando sua participação nas pesquisas acadêmicas (PEREZ, 2022). Essa percepção estereotipada reduz as oportunidades das mulheres principalmente nas áreas de pesquisa avançadas e tecnológicas. Para compreender essa dinâmica e suas implicações, é fundamental situar a importância da interseccionalidade como vetor teórico para tal investigação, pois permite uma análise mais complexa das múltiplas formas de discriminação e suas interações. Doravante, consideramos que “a interseccionalidade [...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” relacionados a marcadores sociais da diferença (CRENSHAW, 2002: 77).

Interseccionalidade: lente necessária para o campo feminista

Gênero é uma importante categoria analítica para as lutas e para os estudos feministas, LGBTQIA+ e para as mulheres em geral. A centralidade desse conceito fomentou diversas críticas apoiadas na argumentação sobre a necessidade da articulação com outras ferramentas analíticas para compreender as relações de poder que mantém as mulheres em posições desiguais na sociedade ao longo da história (PISCITELLI, 2008; HENNING, 2015). Nesse cenário, o debate sobre a interseccionalidade vem atraindo atenção, principalmente por abordagens mais recentes dos movimentos feministas.

Paralelamente ao surgimento do termo “interseccionalidade” no feminismo negro norte-americano, especialmente na França, sociólogos/as também discutiam sobre a heterogeneidade das desigualdades: o fato de um mesmo sujeito (ou grupo) se posicionar hierarquicamente em uma escala classificatória como “alto” ou “baixo” na sociedade de acordo com o critério de desigualdade enfocado. Com efeito, citando o exemplo das relações de gênero, até um autor que não se dedica a esta temática diretamente, como o sociólogo da educação François Dubet, corrobora esta perspectiva. ao preconizar que:

constata-se que cada grupo social, *a priori*, homogêneo, é, na verdade, atravessado por múltiplas desigualdades. As mulheres são menos bem pagas que os homens – desde que as circunstâncias não variem – mas elas compõem, também, 58% dos estudantes, vivem, em média, 6 anos a mais que os homens. (DUBET, 2020: 38)

⁵ O texto se encontra no campo sociológico acerca dos processos científicos, logo, alguns termos serão referidos como categoria grupal, no singular: a mulher, o homem etc., embora exceções e transgressões às normas e às opressões sempre existiram, mostrando que a ausência de negros, mulheres, gays etc. em determinadas ocupações não é uma questão biológica, mas social, histórica, política e cultural.

Neste sentido, sem abandonar a crítica às “grandes” desigualdades de classe socioeconômica, a perspectiva interseccional mostra que há, na realidade, uma série de desigualdades e opressões singulares (mas que, nem por isso, deixam de ser menos violentas) agindo articuladamente. Tais elementos se reproduzem incessantemente dentro do ambiente universitário (COSTA e FELTRIN, 2016). Há, por exemplo, diferenças sistemáticas de tratamento entre mulheres negras e brancas como a manifestação de uma série de violências simbólicas particulares que podem atingir as primeiras e não as segundas.

Dessa forma, a contribuição deste artigo é evidenciar no âmbito das micro-políticas acadêmicas (MORENO, 1999) como marcadores sociais da diferença de gênero e de raça, em articulação, são acionados ao longo de trajetórias científicas. Oferecemos, enfim, perspectivas acerca das interações sociais que marcaram a vida e a agência das interlocutoras, refletindo os múltiplos desafios enfrentados por elas a partir destas vivências interseccionais. Além do gênero, outra categoria fulcral do texto é “raça”. A palavra raça vem do italiano *razza* que, por sua vez, vem do latim *ratio*, que significa categoria/ordem (MUNANGA, 1998). Embora não exista sob o ponto de vista biológico, “raça” em sentido sociológico, cultural e político, especialmente para grupos e pessoas racistas, permanece como uma crença que regula as relações de poder, os corpos, as relações de dominação, hierarquização e opressão, daí que Munanga (1998) fala em “raças sociais”, não obstante “raças biológicas” não existam.

Apesar da importância alcançada nos campos de estudos feministas, os estudos da interseccionalidade, não apresentam teoria acerca dos usos e dos alcances desses instrumentos de análise, no caso raça e gênero (bem como classe, idade etc.). Notamos a existência de várias posturas e perspectivas distintas acerca dos modos de utilização do termo interseccionalidade, que, na maioria das abordagens, é pensado como: “teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, ‘lente de análise social’, base de trabalho analítico, metáfora analítica etc.” (HENNING, 2015: 102).

Ademais, cabe salientar que a interseccionalidade não é um campo recente de debates e estudos nas ciências sociais. Surge como referencial teórico na década de 1960, fruto dos protestos de feministas negras insatisfeitas com as restritas análises e posturas de grupos de feministas brancas, em sua maioria das classes médias e altas de países ocidentais industrializados, sobre a opressão de mulheres (PISCITELLI, 2008). Estas mulheres negras não viam suas realidades contempladas nestes estudos, o que desencadeou o, hoje chamado, feminismo negro, um lugar de fala/escrita acadêmico e militante que se encontra na conjunção de opressões raciais, de classe e de gênero. A interseccionalidade de marcadores diversificados, neste caso específico, evidencia então a opressão feminina em suas várias configurações e nuances.

Paralelamente, na Europa, alguns sociólogos da educação, como Dubet (2020), mostram que, com o fim da proeminência da classe social como o marcador de destaque das desigualdades sociais, o que ressaltou outras desvantagens socialmente produzidas (ser mulher, negro/a, indígena, homossexual, idoso/a, por exemplo), o mundo atual, de desigualdades múltiplas, acentua a heterogeneidade da posição do sujeito e/ou do grupo e o entrecruzamento de discriminações. Desta forma, indianos de classe alta vivendo na Inglaterra, por exemplo, estão em posição privilegiada sob o ponto de vista econômico, mas, sistematicamente, permanecem se defrontando com o racismo e a xenofobia.

Nesse estudo optamos por adotar o termo interseccionalidade na perspectiva da feminista negra Patrícia Collins (2015). Ela se preocupa especialmente com as

interações entre a autodefinição do sujeito, o empoderamento coletivo e o conhecimento socialmente produzido. A expressão, em particular, foi cunhada pela ativista e acadêmica negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) no início dos anos 1990. Embora tenha surgido no seio do movimento feminista, o termo hoje é utilizado para se analisar múltiplos modos de opressão a que estão sujeitos os diferentes grupos além das mulheres negras: islâmicos (especialmente homossexuais e mulheres), em países ocidentais, ciganos, indígenas⁶, o etarismo em mulheres e em pessoas não brancas, entre outras combinações.

Por este ângulo, a compreensão dos lugares da mulher negra permite enxergar e entender como diferentes sistemas de desigualdade se cruzam e que, com efeito, se tornam barreiras que desafiam os estudos científicos convencionais. Nesta maneira de conceber a realidade, todo conhecimento é político, portanto, sob um viés neomarxista, gênero e raça, assim como classe, são entendidos como partes do ser social de cada sujeito. Para tratar deste problema e, concretamente, do saber derivado do feminismo negro, Collins (2002) critica como eurocêntrico e positivista o regime de conhecimento que, há séculos, alicerça a ciência ocidental.

Portanto, a interseccionalidade diz respeito ao fato de que os sujeitos se encontram em vivências de marcadores identitários transversais e peculiares. Ainda que as mulheres negras possam responder de forma distinta a referenciais sociais transversais diversos (idade, religião, orientação sexual, posição socioeconômica, nacionalidade, se vive em área rural ou urbana etc.), existem questões fundamentais que praticamente todas as mulheres negras têm como componentes de suas experiências individuais (COLLINS, 2002) – o machismo e o racismo. Neste processo, observamos que um dos fatores centrais das análises de Collins (2015) é a busca por colocar as opressões racial e de gênero – a misoginia e o racismo, geralmente aliados à pobreza – como os cerne da experiência cotidiana das mulheres não brancas. Diante disso, entendemos que os sistemas de interseção em particular se articulam através de quatro instâncias de poder: o âmbito estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal.

O aspecto *estrutural* se refere aos sistemas sociais mais amplos, como é o caso do sistema jurídico, político, religioso, econômico. É a esfera do macro poder que institui os parâmetros ideológicos que organizam as relações sociais, ou seja, é o âmbito estruturador da sociedade mais vagaroso em relação às transformações, geralmente sendo alterado via revoluções ou movimentos sociais profundos. O âmbito *disciplinar* “administra” a opressão. Aqui Collins (2015) toma de empréstimo ideias foucaultianas e weberianas: tal esfera consiste em uma rede de organizações burocráticas cujo objetivo central é controlar o comportamento das pessoas por meio da rotinização, da consolidação de hábitos, da racionalização da vida e da vigilância.

O domínio *hegemônico* endossa as opressões. É o âmbito de influência da cultura por excelência, onde a consciência e a ideologia se interpenetram. O papel da hegemonia dominante é unir coerentemente os planos estruturais, disciplinares e interpessoais. Ao serem questionadas, as ideologias começam a perder seu impacto. É o que se passa, recentemente, com o sexismo, a homofobia e o racismo, por exemplo (COLLINS, 2002). O âmbito *interpessoal* rege a vida cotidiana, os comportamentos, os pensamentos e os costumes dos grupos. É composto pelas relações pessoais, pelas condutas e tendências individuais, bem como pelas interações face a face.

⁶ Por exemplo: homens ciganos sofrem racismo e xenofobia, no entanto, mulheres ciganas sofrem estas duas violências e também o machismo. Fenômeno similar acontece com os povos indígenas.

Com efeito, Collins (2002) sugere que as opressões estão repletas de contradições e que os enfoques convencionais não conseguem reconhecer que uma matriz de opressão possui, na prática, poucos opressores (ou oprimidos) absolutos. A epistemologia negra feminista desafia as usuais teorias que clivam as esferas privada e pública, visto que as experiências das mulheres negras nunca foram completamente explicadas pela lógica da exploração de gênero eurocêntrica que, em geral, coloca as obrigações domésticas exclusivamente sob o regime da vida privada e partem do pressuposto de que as estratificações baseadas no sexo atingem as mulheres de igual modo.

O enfoque de Collins (2002, 2015) insiste em desmontar o pensamento científico binarista convencional. Assim, para a interseccionalidade as categorias sociais não são estáticas nem polarizadas, mas estão em permanente entrecruzamento. A distância ou aderência de uma categoria social em relação a matriz de dominação depende de quais esquemas e circunstâncias estão em ação em dado momento e/ou lugar. Nenhum grupo ou identidade pessoal se estabelece isoladamente. O único modo de que o termo “negra/o”, por exemplo, seja um indicador social em certo contexto é se a aceção “branca/o” esteja presente e vice-versa.

Além disso, mais recentemente, Carlos Henning (2015) salienta que urge considerar que as múltiplas formas de dominação não têm o mesmo grau de incidência sobre a vida das pessoas simultaneamente, indicando que, ao mesmo tempo em que o sujeito é multideterminado, os diferentes marcadores sociais (idade, sexo, raça, classe etc.) não se exteriorizam com a mesma intensidade e/ou de maneira direta em certo contexto, podendo, em certas situações, permanecer latentes; por exemplo, para uma mulher negra em uma família onde todos são negros, a questão racial pode quase não aparecer se comparada à sua condição/opressão de gênero.

Interseccionalidades entre gênero e raça/etnia nas narrativas das cientistas

No livro *“Why so slow: the advancement of women”*, de 1998, Virginia Valian propõe um arcabouço teórico inovador para se pensar questões de gênero, a teoria das vantagens e desvantagens cumulativas. Na introdução a autora sintetiza o principal argumento do trabalho: a ideia de que vantagens e desvantagens de gênero se assemelham aos juros sobre o capital. Atenta ao fato de que muitos dos problemas das mulheres acontecem nas relações cotidianas, tais como pequenas diferenças de tratamento recebido, ela percebe que na medida em que se acumulam, pode haver grandes disparidades de salário, promoção e mesmo de prestígio para as mulheres quando comparadas aos homens, embora haja exceções individuais. Escrito há mais de vinte e cinco anos, suas inferências permanecem extremamente atuais. Uma delas é reforçar a ideia de interseccionalidade como um fator multiplicador de desigualdades materiais e simbólicas que se apresenta de forma acumulativa ao longo das trajetórias de vida como, no caso ora tratado, das acadêmicas da UFMG.

Exemplo destas implicações cumulativas é o caso da entrevistada chamada aqui de Vitória, do curso de Ciência da Informação, que enfatizou a imbricação entre suas vivências de discriminações racial e de classe quando realizou a graduação no antigo curso de Biblioteconomia (UFMG) e o doutorado em Comunicação (PUC-SP). Ela conta que as discriminações de gênero apareciam menos na graduação por se tratar de uma área majoritariamente feminina, porém, a discrimi-

nação racial (ela é negra) e a de classe (ela nasceu em uma favela⁷ na região metropolitana da capital mineira) estavam sempre e ostensivamente presentes. Ao ser indagada sobre a sobreposição de opressões ao longo do percurso acadêmico, ela ressalta que:

Vitória/Ciência da Informação/Titular: Na graduação sim. Os três preconceitos [classe, raça e gênero]. O gênero talvez não impactasse tanto porque era uma profissão naquele momento muito feminina. Então não causava uma distinção, mas a questão da pobreza e a questão da raça eram divisores de água muito fortes. [...]. O universo da Comunicação [onde ela realizou o doutorado, na PUC-SP], querendo ou não, é onde a classe social é um pouco distinta da Biblioteconomia, tinha muita gente que vinha de classe média alta, pessoas que atuavam como jornalistas, publicitários, então eu tava entrando num universo de um pessoal com um background muito maior que o meu. Pessoas que já tinham uma origem e uma experiência internacional que eu não tinha até então, eu saí do Brasil a primeira vez em 2003, eu já era doutora [...]. Eu acho que eu era a única negra na minha turma de doutorado. No mestrado [em Educação] ... era eu e o meu ex-marido.

Os marcadores sociais da diferença assumem uma dinamicidade ao longo das trajetórias de vida, transformando-se em barreiras estruturais conforme os sujeitos adentram novos ambientes, impactando suas trajetórias, neste caso, científicas. Eles podem prevalecer sobre outros ou ser ignorados em contextos específicos, como aconteceu no caso das relações de gênero durante a graduação. Assim, é a sociedade que define a relevância e a visibilidade desses marcadores em diferentes contextos e circunstâncias, impactando a vivência de sujeitos.

Isso pode ser notado em seu doutorado na PUC-SP, mesmo que não tivesse sofrido racismo (diferente do que acontecera antes na graduação), as desigualdades de classe em relação aos colegas (que provinham, principalmente, da classe média alta paulistana), apareceram de forma aguda, manifestas em fatos que podem ser vistos como a ausência de certos capitais culturais (BOURDIEU, 1979). Como um vetor que impactava o prestígio social em interações sociais, a marginalização ocorria de forma implícita. O fato de que todos os seus colegas já tivessem viajado e/ou estudado no exterior, exceto ela, assim como o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, atestava seu déficit de capital cultural. Como consequência, surgiria uma desigualdade em relação a esse grupo, e, de maneira prática, o domínio de línguas estrangeiras poderia ter se tornado um obstáculo real, não apenas simbólico. Exemplos disso incluem a dificuldade em ler textos em outro idioma ou em apresentar um trabalho em um congresso internacional.

Além disso, ela foi a única negra da turma de doutorado, embora não se recorde de discriminação racial naquele contexto específico. Posteriormente, tornou-se a primeira mulher negra a alcançar o cargo de professora titular na UFMG. Sua origem socioeconômica evidencia o entrecruzamento de diversos marcadores sociais desfavoráveis: mulher, negra, filha de uma empregada doméstica analfabeta que a criou sozinha com a ajuda da avó em uma favela de uma cidade periférica de Belo Horizonte. Com efeito, as vivências discriminatórias estruturais enfrentadas por ela no ambiente acadêmico, tanto como discente quanto como docente, ilustram precisamente o que Collins (2002; 2015) denomina interseccionalidade – processo complexo e multifatorial que faz com que diversas opressões incidam simultaneamente sobre o indivíduo, reduzindo exponencialmente a probabilidade de ascensão social, prestígio e a aquisição de capital cultural associado aos valores socioeconômicos hegemônicos vigentes.

⁷ Vocabulo por ela empregado e que ela pediu que usássemos na transcrição da entrevista da mesma forma quando, mais adiante, se referiu à sua mãe como analfabeta. Em sua percepção, com a qual concordamos, usar eufemismos ou termos técnicos para estas realidades é uma forma de maquiagem iniquidades.

Comentando sobre sua experiência de graduação em Biblioteconomia, Vitória revela como seu pertencimento racial eventualmente se tornou um marcador que desafiava o elitismo/racismo de determinada professora na universidade. Havia, neste caso, uma intensa violência simbólica (BOURDIEU, 1989) na maneira pela qual a docente se portava diante do pertencimento étnico-racial da entrevistada e que era exteriorizado não somente pela militância, mas também pelo seu visual:

Vitória/Ciência da Informação/Titular: eu tive uma professora que eu até ocupei a cadeira da disciplina dela aqui na escola, mas essa professora era muito elitista[...], ela vinha de família rica e como eu morava longe, tinha que deixar a menina na creche e depois vir pra cá, acabava que eu chegava um pouco atrasada nas aulas, tipo 10, 15 minutos, e as vezes ela tinha acabado de falar meu nome na lista e ela não me dava presença; ela fez de tudo mesmo pra me prejudicar. Eu me lembro que os professores daqui as vezes eram chamados pra preparar prova de concurso público, empresas e instituições contratavam eles, aí eu fiz um concurso lá em Contagem de Auxiliar de Biblioteca porque eu ainda não era bibliotecária, e eu sempre andei militante, eu usava já o cabelo black, usava camiseta com os dizeres do movimento social em que eu participava, enfim, não tinha neutralidade, eu sabia quem eu era e o que eu tava fazendo aqui (...) aí essa professora fez essa prova e no outro dia ela tava se vangloriando que ela tinha feito questões de concurso e que ninguém tinha passado, que ela era sensacional. Aí minha colega falou assim, “engano seu, a Vitória passou”. Aí minha colega me contou que ela perguntou, “qual Vitória, aquela neguinha do cabelo assim”? (...) Então, o atrito em sala de aula era forte, com essa professora particularmente, ela era uma pessoa que achava que a gente tinha que ficar no nosso lugar, e o nosso lugar era um lugar que ela criou na cabeça dela. [...] Não era estratégico confrontar, a gente tava fazendo um confronto que era muito mais amplo que isso; não era que eu me conformasse com isso, mas eu ia brigar com ela, ela ia me prejudicar e isso ia dificultar ainda mais a minha vida. [...] Professor negro não tinha não, eu fui a primeira professora negra dessa escola.

Chama atenção como sua antiga professora utilizava micro violências simbólicas como mecanismos para prejudicar a permanência de Vitória nas aulas. Num primeiro momento, há o não reconhecimento do papel de gênero desempenhado por Vitória enquanto mãe. Do ponto de vista sócio-histórico-cultural (LIMA, 2013), é notório que, prevalentemente, as mulheres têm sido responsabilizadas pelo cuidado da prole e da casa, o que certamente influenciou nas oportunidades de participação no mercado de trabalho e nos estudos. Não levar em conta essa condição por parte da docente não se tratava de ignorância, mas de uma perseguição de tendenciosamente racista e classista, uma vez que pessoas como Vitória, pretas e pobres, geralmente não estavam naquele lugar – um curso superior na UFMG.

Num segundo momento, as micro agressões evoluíram para manifestações explícitas de racismo, incluindo um episódio em que Vitória estava ausente, impossibilitada de se defender conforme relatado por colegas de classe. A professora, orgulhosa por ter elaborado uma prova de concurso difícil, não conseguiu aceitar que uma aluna negra, vinda da periferia, tivesse demonstrado o conhecimento necessário para ocupar um cargo público. Como represália, o ataque foi direcionado ao seu cabelo estilo Black Power. Considerando que o cabelo é uma característica fenotípica carregada de forte simbolismo, especialmente no contexto brasileiro dos anos 1990, o cabelo crespo ainda era amplamente associado à ausência de beleza, à inferioridade e à marginalidade. Contudo, já se consolidava como um símbolo de identidade negra e das lutas antirracistas promovidas pelos movimentos negros (SANTOS, 2019). Nesse sentido, o ataque estético a Vitória era também um ataque àquilo que ela representava socialmente, ou seja, à negritude.

Para mitigar essas situações de opressão que ocorriam no cotidiano da universidade, Vitória optou por não as confrontar diretamente. Sua luta foi travada na esfera coletiva e, anos depois, quando passou a ocupar a mesma cadeira que a professora racista e classista. Esse feito se tornou um marco simbólico e, ao mesmo tempo, a confirmação da importância estratégica de anos antes, não ter enfrentado individualmente com aquela mulher que ocupava uma posição de poder e poderia prejudicá-la concretamente. Em uma reviravolta inusitada, a entrevistada conseguiu não apenas demonstrar sua capacidade, mas também dar um novo sentido à sua vida a partir de sua inserção naquele espaço majoritariamente branco e de classe média ao ser empossada como professora do curso de Biblioteconomia da UFMG. Vale destacar que, no início dos anos 2000, o corpo docente da universidade contava com uma presença ainda menor de acadêmicos negros do que atualmente (FREITAS, 2018). Na percepção dessa interlocutora, a raça prevalecia enormemente em relação ao gênero no que se refere às discriminações vivenciadas por ela. Explica Vitória:

Quando eu fiz concurso pra professor titular em... 2012, eu e a X, nós fomos as primeiras mulheres negras a serem professoras titulares da universidade. Foi diferença de uns 15 dias, X lá na FaE e eu aqui, a gente se tornou as primeiras e aí quando a gente vê 177 [o número absoluto de professores titulares em 2016], a presença negra aqui é ínfima, quase ninguém. Tanto homens quanto mulheres (...). Eu acho que a questão feminina e masculina, como a escola de Ciência da Informação tem esse equilíbrio de presença de homens e mulheres, isso não se estabelece muito, mas eu acho que o preconceito racial permanece.

Se, por um lado, seria percebido um equilíbrio de gênero entre os quadros do corpo docente, por outro, raça e classe foram aspectos determinantes para a perpetuação de barreiras que mantêm tais desigualdades históricas. Esses fenômenos são intrinsecamente ligados à estrutura social, cultural e política das instituições, perpetuando assimetrias no acesso dos negros aos altos escalões. Conforme Perez (2022), uma explicação plausível para a menor incidência de discriminações de gênero nesta área reside no próprio acesso desequilibrado, especialmente na época em que a entrevistada iniciou a graduação, nos anos 1990, de mulheres no ensino superior. No contexto brasileiro, estudos como os de Costa e Feltrin (2016) demonstram que as mulheres ainda predominam nas áreas menos concorridas e que, em geral, recebem baixos salários. Frequentemente, elas são direcionadas para áreas de cuidado (Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social), licenciaturas em geral ou áreas formadoras de mão de obra para atividades (tal como Secretariado, Economia Doméstica e o antigo curso de Biblioteconomia, hoje Ciência da Informação).

Agregando elementos a esta discussão por outra perspectiva, uma professora do departamento de Educação, também negra, explorou particularmente a questão de como as relações de gênero, a posição na instituição e a raça produziam experiências idiossincráticas de desigualdade e de opressão nas reuniões de departamento e em aulas da graduação. Para ela, tais marcadores são acumulativos e se inter cruzam, ou seja, são interseccionais, afetando diretamente o trabalho de mulheres negras:

Renata/Educação/Associada: a questão racial acumula sobre a questão de gênero, e quando você tá no par a par, são duas mulheres negras falando a mesma coisa, aí então o que você usa é o recurso da titulação. Aí as pessoas o tempo inteiro dizem assim: Renata e Nadir estão fazendo a mesma proposta, aí na hora da votação as pessoas dizem assim, quem concorda com a proposta de Nadir? Deixou de ser minha? [risos]. Então na academia tem todo esse jogo. [Suspiro]. Primeira ou segunda semana de aula eu aqui na FaE; fui ali na salinha de café buscar água. Uma mulher me diz assim: nossa! Olha, é muito bom que eu encontrei com você, eu fiquei sabendo que

...você já tinha sido nomeada, que bom que você vai ser nossa colega, mas agora também acabou a cota né? Ai eu parei e perguntei assim: qual delas, a de mulheres, a de negros, a de pessoas bonitas... a de pessoas mais inteligentes; qual das cotas? Preencheu a cota, não entra, não precisa mais negro né. (...). Ainda sobre o primeiro dia de aula, eu já ouvi assim: oi, o professor não veio? [risos]. Me lembro de uma situação em que eu disse, eu não sirvo? Mas me lembro também de uma situação em que eu perguntei pra pessoa, que curso você faz? Eu respondi: no seu curso, a pessoa que tá sentada à mesa de frente pro laptop com a turma olhando pra ela é quem?

O notável dessa experiência é que, em geral, quando Renata interagiu profissionalmente com alguma colega branca na universidade, percebia os efeitos da interseccionalidade entre raça e gênero. Entretanto, quando se tratava de uma mulher negra, o capital social (BOURDIEU, 1979) agia de forma determinante, no caso, a investidura no cargo. A posição hierárquica acadêmica produzia uma aura de prestígio e de reconhecimento que era reproduzida, não propositalmente, em reuniões do departamento. Essa aura frequentemente consolidava a percepção de autoridade e de competência⁸, o que, paradoxalmente, poderia agravar as barreiras enfrentadas por outras mulheres negras que não ocupavam posições semelhantes, exacerbando desigualdades estruturais no ambiente acadêmico.

O preconceito racial não se manifestava apenas entre colegas do departamento, mas também entre alunos. A pergunta, ouvida algumas vezes ao entrar na sala, “o professor já chegou?”, sugere que, no inconsciente coletivo, o lugar de autoridade do saber não é associado a uma pessoa não branca e, além disso, do sexo feminino (SISS, 2003). Em outras palavras, todas essas situações evidenciam a persistência da ideia de que um homem branco é considerado legítimo para ocupar um cargo de prestígio no magistério superior. Adicionalmente, o depoimento de uma docente do curso de Medicina (branca) complementa essa observação:

Inês/Medicina/Associada: eu acho que tem muito preconceito ainda entre os alunos. Quando começaram as cotas os alunos da Medicina tiveram uma reação horrível, um grupo mais específico. Eles fizeram um cartaz contra os cotistas, grifaram os nomes, não vamos estudar com eles. Já houve alguns alunos que quase foram jubilados por uma coisa homofóbica grave que eles fizeram, o aluno que foi vítima até saiu do curso, teve coisas muito graves... eu tenho alunos maravilhosos, mas tem isso.

Em artigo sobre o perfil socioeconômico e racial de alunos de uma faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, Souza et al. (2020) constatam que a maioria dos alunos é branca, com renda familiar anual superior a US\$ 8.640, oriundos de escolas particulares, e possuem pais com nível superior, sem predominância de um gênero. Comparando com o relato da professora, a “reação horrível” que ela descreve reflete uma rejeição simbólica à presença de negros e pobres no curso, vistos como ameaças por grupos dominantes no sentido de ruptura de privilégios consolidados durante séculos no país.

Ademais, para segmentos conservadores e neoliberais, o “cotista” se tornou uma categoria simbólica no ensino superior que aglutinando estereótipos e preconceitos históricos. Ele é visto como menos qualificado, incapaz de competir com pares e até mesmo como alguém que foi beneficiado injustamente (SISS, 2003). O resultado deste processo é, por vezes, a segregação e os ataques sistemáticos feitos por colegas, que desconsideram a trajetória histórica, familiar e

⁸ Outra situação sutilmente discriminatória vivida pela interlocutora nos primeiros anos como docente foi a pressuposição de que sua aprovação no concurso se deveu à política de cotas. Esse pré-conceito revela ignorância sobre a política para representação de grupos étnico-raciais historicamente restritos. Uma colega insinuou que, com a aprovação de Renata, as cotas haviam sido preenchidas, sugerindo que negros não precisariam mais ingressar no departamento. Exemplifica como o preconceito e a falta de representatividade perpetuam desigualdades, manifestadas em violências simbólicas.

econômica desses alunos. Inclusive, sua capacidade cognitiva é reduzida ao acesso a uma política pública que almeja inclusão.

Complexificando a discriminação étnico-racial e de gênero, temos o relato da docente Luiza, autodeclarada parda, sobre sua experiência como bolsista de doutorado sanduíche na França. Neste episódio, dois marcadores sociais foram acionados: ser mulher e, devido à forte influência dos povos ibéricos na composição étnico-racial brasileira, sua semelhança fenotípica com mulheres árabes. Esse caso reforça a ideia de que discriminações estruturais não são perpetradas apenas por homens em relação às mulheres ou por brancos em relação aos não brancos, mas também ocorrem entre mulheres e entre grupos discriminados. Isso reproduz e mantém, sistematicamente, violências simbólicas diversas que sustentam a estrutura dominante que subalterniza ambos grupos, no caso ora trazido, mulheres árabes e mulheres latino-americanas.

Luiza/Psicologia/Adjunta: [...] tinha outro detalhe: o bairro onde ficava o instituto de pesquisa onde eu fiz o doutorado sanduíche, é um bairro de árabes e de africanos, então também tinha isso né, eu ficava circulando por ali, era uma comunidade que eu tava andando entre eles né, então tinha a questão de me olharem feio, o que eu interpretava como a falta do véu, mulheres principalmente, uma vez eu lembro que eu fui de saia no joelho, eu não sou de usar saia curta; e aí as mulheres olhavam pra mim ostensivamente, sabe aquela coisa de a pessoa olhar assim pra mostrar que ela tá incomodada, pra te constranger, mulheres, não eram homens, então não era um olhar de assédio, era um olhar do quanto que eu tava errada em tá daquele jeito.

De acordo com a dominação simbólica (BOURDIEU, 1989), a opressão é mais efetiva sem o uso de força física, pois conta com a colaboração dos dominados, que internalizam as regras dos dominadores e exercem a opressão uns sobre os outros. Assim, a opressão e a exploração não se manifestam apenas pela coerção explícita e pela violência física, mas também pela internalização e reprodução desses valores pelos próprios sujeitos dominados. Isso ocorre não só em questões de gênero, mas também de classe (eleitores pobres que votam contra seus próprios interesses) e de raça/etnia (judeus ortodoxos denunciando judeus progressistas na Alemanha nazista, indígenas apoiando grileiros etc.).

No caso narrado por Luiza, sua indumentária, combinada ao fenótipo, foi o estopim que expôs a hierarquia moral de gênero que permeia a cultura islâmica. Por “parecer” árabe, ela era vista como uma ameaça à ordem vigente naquele microcosmo, refletindo um preconceito que atingia a percepção da normalidade cultural e social. Essa percepção não apenas desafiava as normas locais, mas também evidenciava as tensões entre diferentes formas de identidade e a resistência à diversidade, revelando as complexas dinâmicas de exclusão e discriminação. Do ponto de vista antropológico, a performatividade da comunicação visual (COLLING, 2021), seria os vetores dos marcadores sociais da diferença naquele espaço de interação: a expressão facial de reprovação da aparência da estudante brasileira pelas mulheres no bairro majoritariamente muçulmano. Dessa forma, as emoções (desaprovação, espanto, repulsa) são mecanismos que estabelecem fronteiras de diferença entre “nós” e “eles”, neste caso, plasmando a brasileira como um sujeito que desafiava o *status quo* vigente.

Curiosamente, o fato de Luiza “parecer árabe” e não corresponder ao estereótipo desejado por homens heterossexuais europeus brancos a “protegeu” de investidas sexuais por parte dos franceses, ou seja, o racismo contra árabes a livrou de abordagens machistas. No entanto, seu fenótipo e a ausência de burca ou véu levaram a assédios verbais por homens de origem árabe. Para os valores tradicionais islâmicos, uma “árabe vestida inadequadamente” e sozinha em um parque

de Paris é uma mulher potencialmente disponível para encontros erótico-sexuais fortuitos.

Luiza/Psicologia/Adjunta: *E teve uma vez que um homem árabe me fez uma cantada na rua; engraçado que eu não sei árabe, mas uma vez eu vendo na TV um cara dando uma cantada em uma mulher em árabe, era exatamente o som que eu tinha ouvido do cara na rua, devia ser algo chulo, mas não era palavrão. Um outro que me deu uma cantada em árabe foi bem agressivo, eu tava num parque sozinha caminhando, não era nesse bairro, era em outro que não era da comunidade árabe, eu tava nos Jardins de Luxemburgo contemplando a vida, e ele chegou perto de mim e começou a falar comigo em árabe. E a terceira cantada em árabe [risos] também foi num parque (...). Então eu tava sentada lendo aí chegou um homem sentou e puxou papo. Eu já achei super grosseiro, você tá lendo; primeiro ele falou alguma coisa em árabe, aí depois ele começou a falar comigo em francês, essas conversas meio moles, ele com os traços visivelmente árabes aí eu vi que o papo tava meio esquisito, aí eu disse que eu trabalhava como policial no Brasil. aí ele perguntou assim “no Brasil é permitido às mulheres serem policiais”?*

Entrevistador: *eu responderia, no Brasil as mulheres são permitidas de ser tudo.*

Luiza/Psicologia/Adjunta: *foi o que eu respondi pra ele (...). Quando eu falei isso ele levantou ligeiro e foi embora. Me deu as costas não falou nem tchau!*

Este depoimento ilustra como minorias étnico-religiosas podem, muitas vezes sem intenção, reproduzir estratégias de opressão baseadas no *ethos* daqueles que as oprimem. A experiência de Luiza demonstra que as dinâmicas de opressão não são exclusivas de um grupo dominante sobre os subordinados, mas podem se manifestar também entre grupos marginalizados. No relato, Luiza é alvo de assédio verbal por homens árabes, que utilizam abordagens vulgares e agressivas, refletindo a internalização dos valores opressivos que coisificam a mulher, ao mesmo tempo em que é olhada com reprovação pelas mulheres. Isso aponta para a complexidade das interações sociais, onde as estruturas de poder e as normas culturais influenciam a forma como os indivíduos se comportam e se relacionam, mesmo dentro de grupos marginalizados, ponto bastante acentuado pelas/os teóricas/os da interseccionalidade (BRAT e PHOENIX, 2004).

Considerações finais

Vimos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma maior e profunda inclusão das mulheres nas ciências e na tecnologia, mas é um fato inescorável que já avançamos consideravelmente em tal direção (COSTA e FELTRIN, 2016), havendo, nas últimas décadas, uma ampliação da participação feminina em vários campos científicos. Isso se reflete, entre outras coisas, no surgimento de análises sobre o entrecruzamento de distintos marcadores sociais da diferença que ainda atuam como empecilhos para a plena e igualitária participação feminina nas ciências.

Em relação particularmente à interseccionalidade entre raça e gênero, foi no bojo das críticas elaboradas pelo feminismo negro ao caráter monolítico de conceitos como patriarcado e a invisibilização do racismo articulado ao machismo, que surgiu a busca por categorias alternativas e mais contextuais de articulação do gênero com outros marcadores socioculturais. Assim, debates sobre a interseccionalidade vem sendo feitos desde fins da década de 1960, inicialmente por mulheres negras às quais, posteriormente, se somaram mulheres de diversas nacionalidades, raças/etnias e orientações sexuais, inclusive, recentemente, mulheres trans. Assim, as discussões sobre interseccionalidade já possuem décadas de amadurecimento teórico e, hoje, influenciam análises de outros marcadores de desigualdade além do gênero, como idade, orientação sexual, religião etc.

A postura interseccional defende que as categorias analíticas e as ferramentas metodológicas devem considerar o entrecruzamento de vivências; na realidade das mulheres acadêmicas aqui analisadas, consideramos como as desigualdades sociais agem, convergem, divergem e interagem para produzir e justificar opressões ligadas à raça/etnia e à gênero. Lidar com a interseccionalidade é, primeiramente, abandonar as análises sobre a sociedade e sobre os sujeitos por meio de uma categoria isoladamente. É conceber as categorias classificatórias sobre os grupos e/ou sobre as pessoas de modo relacional, multifatorial, sistêmico, histórico e articulado.

Apesar de no Brasil, desde o início dos anos 2000, o número de discentes pesquisadoras no nível da iniciação científica ter ultrapassado o número de discentes do sexo masculino (COSTA e FELTRIN, 2016), as desigualdades não foram mitigadas nem deixaram de pesar diferentemente segundo a classe social, a raça, a orientação sexual das discentes, ou seja, a opressão de gênero ainda permanece e é interseccional com outras formas de desigualdade no âmbito da carreira universitária.

As narrativas trazidas confirmam o postulado de que o fato de um contexto ser sexista e/ou racista não tem a ver somente com o número de mulheres e/ou de homens ou de negros ou de brancos ali presentes, mas sim como as relações de poder são estabelecidas e como os discursos femininos e masculinos, negros e brancos são legitimados e/ou silenciados. Ademais, as situações discriminatórias relatadas nas entrevistas apontam para uma evidente interseccionalidade das formas de preconceito entre raça/etnia e gênero e, em menor escala, classe socioeconômica.

Ademais, percebemos como a ação dos marcadores sociais são mutáveis dependendo do contexto social. Ao analisar os relatos das cientistas, vimos que eventualmente desigualdades de gênero podem ser mais acionadas em ambientes quase nada racistas e vice-versa, como foi o contexto relatado por Vitória em sua graduação em Biblioteconomia, onde, segundo ela, praticamente não vivenciou machismo estrutural⁹. Já Renata pontuou, categoricamente, que, em seu departamento, na Faculdade de Educação, apesar de as mulheres serem maioria e de haver racismo estrutural como em praticamente toda a sociedade brasileira, o marcador gênero se sobrepõe ao marcador racial, por exemplo: em uma discussão entre um professor negro e uma professora branca, ambos no mesmo nível hierárquico, o machismo estrutural e inconsciente do primeiro tenderá (isso não significa que sempre será) proeminente em relação ao racismo, também estrutural e inconsciente, da segunda.

Consequentemente, a interseccionalidade reverbera a importância dos estudos situando os interlocutores de forma a captar os diversos entrelaçamentos nos quais ele está inserido, favorecendo a complexidade teórico-metodológica que é captar assimetrias implícitas ou explícitas nas microesferas da interação social, porém, informadas por estruturas sociais, históricas e culturais mais amplas.

Por outro prisma, há de ser notado que, apesar de inúmeras desigualdades persistentes, as interlocutoras também apresentaram histórias de resistência e de

⁹ Em se tratando da sociedade ocidental de modo geral, seria leviano dizer que um contexto qualquer está isento de racismo, machismo ou homofobia, já que estes processos são estruturais. Daí que, alicerçados no pensamento interseccional, escrevemos “espaços” pouquíssimo ou menos machistas ou racistas, por exemplo. Pensando no caso da própria Vitória: será que se fosse um homem – ainda que negro, favelado e periférico – ele não teria sofrido uma forma mais sutil ou “cordial” de racismo? Especialmente em um curso majoritariamente feminino, será que seu privilégio de gênero não seria acionado, inclusive junto à professora racista e classicista? Esta é outra contribuição da perspectiva interseccional: nunca concede respostas acabadas, sempre abre provocações múltiplas.

enfrentamento, onde conseguiram, através de sua agência articulada a uma conjuntura sócio-histórica particular (por exemplo, deter o capital cultural de dominar a língua francesa e rebater assédio sexual num parque em Paris), acessando ambientes ainda sitiados pela exclusão de raça e de gênero. Isso nos faz pensar que, se desvantagens de raça e de gênero vão se acumulando historicamente ao longo das trajetórias de vida (VALLIAN, 1998), o caminho inverso também é possível, apesar de que, às vezes, o avanço pode parecer ainda incipiente.

Em síntese, a leitura interseccional dos relatos destas professoras/pesquisadoras da UFMG possibilitou compreender como os sistemas de opressões e como os marcadores sociais da diferença ligados à gênero e à raça/etnia se entrecruzam e como interceptam os sujeitos concretamente, produzindo múltiplas dinâmicas de desigualdades e/ou de privilégios, bem como interferindo nos modos pelos quais elas enfrentaram e/ou mitigaram tais discriminações nas experiências concretas que as constituíram como docentes e investigadoras no contexto acadêmico.

Recebido em 17 de fevereiro de 2024.

Aprovado em 27 de setembro de 2024.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *La distinction : critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAT, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I'm a Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5 (3): 75-86, 2004.

COLLING, Leandro. O que performances e seus estudos têm a ensinar para a teoria da performatividade de gênero? *Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 1 (40): 1-19, 2021.

COLLINS, Patricia H. (2002). *Pensamiento Feminista Negro: el conocimiento, la conciencia y la política de empoderamiento*. Nueva York: Routledge.

COLLINS, Patricia H. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 1 (41): 1-20, 2015.

COSTA, Maria da Conceição; FELTRIN, Rebeca Buzzo. Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, 47 (1): 1-20, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188, 2002.

DUBET, François. *O tempo das paixões tristes: As desigualdades agora se diversificam e se individualizam e explicam as cóleras, os ressentimentos e as indignações de nossos dias*. São Paulo: Vestígio, 2020.

FREITAS, Marcel de Almeida. *Mulheres Cientistas. Percursos e percalços a partir da realidade da UFMG*. Belo Horizonte: Ed. Conhecimento, 2018.

HENNING, Carlos E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 20 (2): 97-128, 2015.

KAUFMANN, Jean C. *A Entrevista Compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Maceió: EDUFAL, 2013.

LIMA, Betina S. O Labirinto de Cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Estudos Feministas*, 21 (3): 883-99, 2013.

LOMBARDI, Maria R. *Por que tão poucas? Um estado da arte dos estudos em engenharia e gênero*. São Paulo: FCC, 2016.

MORENO, Montserrat M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 1999.

MUNANGA, Kabengele. "Teorias sobre o racismo". In: HASENBALG, C., MUNANGA, K., SCHWARCZ, L. (orgs). *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998. Pp. 43-65.

PEREZ, Caroline Criado. *Mulheres invisíveis. O viés dos dados em um mundo projetado para homens*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades: categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade & Cultura*, 11 (2): 263-274, 2008.

SANTOS, Denise. *Para além dos fios: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em História), UFS, 2019.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ações afirmativas: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SOUZA, Pedro *et al.* Perfil Socioeconômico e Racial de Estudantes de Medicina em uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44 (3): 1-11, 2020.

VALIAN, Virginia. *Why so Slow? The advancement of women*. Cambridge: The MIT Press, 1998.